

**1ª Rodada SEFAZ-AL
(Auditor Fiscal)**

*SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) - Rodadas
Avançadas de Simulados*

Autor:

**Eduardo Da Rocha, Luis Eduardo,
Renan Peron Fineto**

27 de Junho de 2021

Simulado Especial

Rodada Avançada Sefaz AL (Auditor Fiscal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFAZ-AL;
- 2 – A prova contém 160 (cento e sessenta) itens que abordam o conteúdo programático de conhecimentos gerais e específicos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões objetivas no estilo Certo/Errado;
- 4 – Os participantes têm das 8:00h às 20:00h para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico a fim de que participem do Ranking Exclusivo e do Ranking Cumulativo;
- 5 – Caso o preenchimento do gabarito ocorra após às 20:00h, o aluno participará apenas do Ranking Geral;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Em até 48 (quarenta e oito) horas do preenchimento do seu gabarito, serão disponibilizados na plataforma as estatísticas do seu resultado e comparativos com os outros alunos que tiverem feito o simulado até o momento;
- 8 - Às 14h será liberado o Caderno do Simulado da prova Discursiva.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Rodada-SEFAZ-AL-Auditor-Fiscal-27-06-21>

01 - C E	28 - C E	55 - C E	82 - C E	109 - C E	136 - C E
02 - C E	29 - C E	56 - C E	83 - C E	110 - C E	137 - C E
03 - C E	30 - C E	57 - C E	84 - C E	111 - C E	138 - C E
04 - C E	31 - C E	58 - C E	85 - C E	112 - C E	139 - C E
05 - C E	32 - C E	59 - C E	86 - C E	113 - C E	140 - C E
06 - C E	33 - C E	60 - C E	87 - C E	114 - C E	141 - C E
07 - C E	34 - C E	61 - C E	88 - C E	115 - C E	142 - C E
08 - C E	35 - C E	62 - C E	89 - C E	116 - C E	143 - C E
09 - C E	36 - C E	63 - C E	90 - C E	117 - C E	144 - C E
10 - C E	37 - C E	64 - C E	91 - C E	118 - C E	145 - C E
11 - C E	38 - C E	65 - C E	92 - C E	119 - C E	146 - C E
12 - C E	39 - C E	66 - C E	93 - C E	120 - C E	147 - C E
13 - C E	40 - C E	67 - C E	94 - C E	121 - C E	148 - C E
14 - C E	41 - C E	68 - C E	95 - C E	122 - C E	149 - C E
15 - C E	42 - C E	69 - C E	96 - C E	123 - C E	150 - C E
16 - C E	43 - C E	70 - C E	97 - C E	124 - C E	151 - C E
17 - C E	44 - C E	71 - C E	98 - C E	125 - C E	152 - C E
18 - C E	45 - C E	72 - C E	99 - C E	126 - C E	153 - C E
19 - C E	46 - C E	73 - C E	100 - C E	127 - C E	154 - C E
20 - C E	47 - C E	74 - C E	101 - C E	128 - C E	155 - C E
21 - C E	48 - C E	75 - C E	102 - C E	129 - C E	156 - C E
22 - C E	49 - C E	76 - C E	103 - C E	130 - C E	157 - C E
23 - C E	50 - C E	77 - C E	104 - C E	131 - C E	158 - C E
24 - C E	51 - C E	78 - C E	105 - C E	132 - C E	159 - C E
25 - C E	52 - C E	79 - C E	106 - C E	133 - C E	160 - C E
26 - C E	53 - C E	80 - C E	107 - C E	134 - C E	
27 - C E	54 - C E	81 - C E	108 - C E	135 - C E	



CONHECIMENTOS GERAIS (P1)

PORTUGUÊS

Em breve, um remédio revolucionário chegará às farmácias dos Estados Unidos da América (EUA). É um remédio apropriado para pacientes cardíacos, mas seu tremendo ineditismo está em outro aspecto - trata-se do primeiro remédio étnico.

O remédio étnico é uma boa notícia?

À primeira vista, parece uma notícia excelente. Afinal, cada grupo de seres humanos - os negros, os brancos, os asiáticos etc. - passaria a ter possibilidade de usar remédios "sob medida", particularmente eficazes. Mas a medicina étnica esconde uma questão extremamente complexa: ela parte do princípio, do explosivo princípio, de que os negros, os brancos, os asiáticos ou os indígenas são biologicamente diferentes, tanto que, para cada um deles, para cada "raça" existiria um medicamento mais eficaz. E tudo o que vem do conceito de raça é complicado.

É claro que, mesmo diante de riscos tremendos, não se pode impedir a pesquisa, a ciência, enfim, a medicina étnica de caminhar, evoluir, se é que ela tem realmente uma evolução pela frente. Também é claro que a pior solução seria decretar um embargo em qualquer pesquisa que tenha por mote o conceito de "raça".

Tendo como referência as ideias do texto, julgue os itens a seguir.

01. O deslocamento da expressão inicial do texto "Em breve," incluindo a vírgula, para depois de "chegará" preserva a correção gramatical e a coerência textual, desde que sejam feitos os devidos ajustes nas letras maiúsculas e minúsculas.

02. Por introduzir um enunciado de valor explicativo, além de colocá-lo em destaque, o sinal de travessão, no final do primeiro parágrafo, poderia ser substituído por dois-pontos.

03. No início do terceiro parágrafo, o emprego do verbo parecer, em lugar de ser, sugere que a "notícia" pode não ser "excelente"; a oposição a esse qualificativo é justificada na oração "Mas a medicina étnica esconde uma questão extremamente complexa" (l. 7-8)

04. O emprego de aspas em "sob medida e "raça", no segundo parágrafo, indica que o autor está citando termos do relatório da pesquisa que comenta.

05. Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical, transformando-se a oração reduzida de infinitivo, iniciada pelo pronome "que", no trecho "ela parte do princípio, do explosivo princípio, de que os negros, os brancos, os asiáticos ou os indígenas são biologicamente diferentes", ao se retirar esse pronome e substituir "são" por serem.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06. A respeito do tema de Licitações, julgue os próximos itens.

Na licitação, os critérios de julgamento definem o procedimento da licitação. Pode-se afirmar, então, que os critérios definem o rito, o caminho e as etapas da licitação pública.

07. Segundo a nova Lei de Licitações, a partir de agora, as modalidades de licitação serão definidas pela natureza do objeto e pelo seu respectivo valor.

08. Os procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela nova Lei de Licitações não são modalidades, mas são



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

instrumentos que auxiliam a administração no procedimento de contratação.

09. A licitação é um procedimento administrativo integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual.

10. Julgue os itens 11 a 13 a seguir, relativos aos servidores públicos e temas correlatos.

O servidor estatutário sujeita-se ao regime estatutário estabelecido em lei pela unidade da Federação a que estiver vinculado, não havendo nenhuma possibilidade de modificação deste regime, uma vez que se trata de norma de ordem pública, não derogável pelas partes.

11. Os particulares em colaboração com a Administração são pessoas físicas que prestam serviços ao Estado sem vínculo empregatício, mas que podem ou não receber remuneração. Dentro dessa categoria de agentes públicos, podem ser citados os agentes honoríficos, que exercem funções públicas relevantes, como os mesários convocados para atuar nas Eleições ou os jurados convocados para compor o Conselho de Sentença no Tribunal do Júri.

12. A vedação ao nepotismo, prevista na Súmula Vinculante nº 13 alcança os cargos de provimento em comissão, as funções gratificadas e os cargos de direção e assessoramento, não se aplicando tal vedação aos cargos de provimento efetivo, com acesso mediante prévia aprovação em concurso público.

13. Considerando que o Art. 5º, IV da Constituição Federal garante a livre manifestação do pensamento, mas proíbe o anonimato, a Administração Pública não pode instaurar

processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

14. Situação Hipotética: Helena, auditora fiscal da Sefaz-AL foi removida de ofício, no interesse da Administração Pública, da Cidade X para a Cidade Y, sem que a autoridade competente expusesse a motivação para tal decisão. Inconformada com seu destino, a servidora impetrou mandado de segurança contra o ato que a removeu da Cidade X, alegando nulidade por ausência de fundamentação. A autoridade prestou informações nos autos da ação mandamental, onde expôs todos os motivos que a levaram à decisão de remoção de Helena.

A respeito da situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

O ato de remoção de servidor público por interesse da Administração Pública deve ser motivado. A remoção é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, observado sempre o interesse da Administração.

15. É possível que o vício da ausência de motivação seja corrigido após a edição do ato impugnado, desde que a autoridade apresente os motivos que a levaram à decisão ao prestar as informações no mandado de segurança, podendo esses motivos serem preexistentes ou posteriores ao ato de remoção.

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. De acordo com o Art. 5º, VII, da CF/88, "é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

de internação coletiva” é uma norma de eficácia contida.

17. Eduardo é brasileiro naturalizado e, cansado de morar no Brasil, se mudou para a França. Dois anos depois, conheceu a Anna Victorino, que é espanhola e logo se casou com ela. Quando Anna Victorino estava a serviço de seu país na Escócia, nasceu Conor McGregor, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no espanhol. Quando completou 18 anos de idade, McGregor foi para o Brasil e, apaixonado pela Bahia, decidiu se mudar definitivamente. Logo após, resolveu escolher pela nacionalidade brasileira. Nesse caso, é correto afirmar que Conor McGregor será brasileira nato.

18. É defesa a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

19. A idade mínima para se eleger vereador ou se tornar juiz de paz é aos dezoito anos.

20. É uma competência exclusiva da União a exploração dos portos marítimos, fluviais e lacustres diretamente ou mediante autorização, permissão ou concessão.

21. As ilhas costeiras são bens públicos que pertencem à União, com exceção das ilhas que contenham as sedes de capitais ou que possuam unidades de conservação estadual ou municipal.

22. O Presidente da República poderá criar, através de decreto autônomo, um órgão público, caso não acarrete aumento de despesa.

23. As Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar interceptação telefônica e quebra de sigilo de correspondências.

24. O controle político inclui a fiscalização das contas dos administradores e de demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.

25. O Conselho Nacional de Justiça é um órgão não-jurisdicional, que possui atividade administrativa e financeira, sendo composto por quinze membros com mandatos de dois anos, permitida uma recondução e é presidido pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça.

26. São legitimados para propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição do Estado de Alagoas o Governador do Estado e o Defensor Público-Geral do Estado.

27. As normas que são autoaplicáveis, não-restringíveis e que possuam aplicabilidade direta, imediata e integral são chamadas de normas de eficácia plena.

28. Fernandinho, condenado pelo crime de roubo, foi sentenciado a pena máxima e seu processo transitou em julgado. Caso, posteriormente, entre em vigor uma nova lei penal que beneficie Fernandinho, esta lei retroagirá no seu processo.

29. Em um determinado município existe um sindicato dos trabalhadores que não atende de forma satisfatória as demandas dos seus filiados. Diante desse cenário, centenas de trabalhadores decidem fundar um outro sindicato no mesmo



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

município. Nesse caso, não há óbice algum em relação à criação de outro sindicato.

DIREITO EMPRESARIAL

30. Decretada a falência de uma sociedade empresária, a alienação judicial dos vários mercadorias e imóveis que integravam seu estabelecimento, e foram arrecadados pelo administrador judicial, ocorreu após 3 anos da prolação da sentença.

Considerando a situação hipotética e no que concerne à Lei de Recuperação e Falências – Lei 11.101/2005, julgue a alternativa a seguir.

No interregno entre a decretação da falência e a alienação judicial, os créditos devidos à Fazenda Estadual, referentes aos fatos geradores do ICMS, são considerados extraconcursais, com pagamento após as custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida tenha sido vencida.

31. Dollynho, necessitando transportar uma substância ilícita para o Rio de Janeiro, contrata Lima, piloto de uma lancha de pequeno porte. A substância ilícita estava escondida em um fundo falso na mala de Dollynho. Lima desconhecia a presença desse material durante a navegação. Ao chegarem no Rio de Janeiro, foram surpreendidos pela polícia que identificou a substância ilícita nos pertences de Dollynho.

Considerando o caso hipotético descrito, é possível afirmar que o contrato de transporte é nulo, pois objetiva fraudar lei imperativa.

32. As contratações eram, tradicionalmente, instrumentalizadas em meio físico (papel), de modo que o contato pessoal entre as partes contratantes se fazia quase sempre imprescindível.

Com base no tema comércio eletrônico, julgue o item a seguir.

Com a internet, entretanto, permite-se o contato e a manifestação de vontade por meio virtual. A esse tipo de contratação dá-se o nome de comércio eletrônico.

33. A sociedade em conta de participação é o que a doutrina chama de sociedade secreta. Na verdade, não se trata, propriamente, de uma sociedade, mas de um contrato especial de investimento.

Com base no disposto na legislação relativa ao direito empresarial e societário e na jurisprudência sobre esses ramos do direito, julgue o item a seguir.

A sociedade em conta de participação é um tipo de sociedade personificada e apresenta duas categorias distintas de sócios: o sócio ostensivo e os sócios participantes (também chamados de sócios ocultos). Ela só existe internamente, ou seja, entre os sócios. Externamente, isto é, perante terceiros, só aparece o sócio ostensivo, o qual exerce, em seu nome individual, a atividade empresarial, e responde sozinho pelas obrigações contraídas.

34. Créditos quirografários são aqueles que decorrem somente do simples encontro de vontade entre as partes, tendo como garantia a simples promessa do devedor de que, no vencimento, vai adimplir a obrigação.

A respeito da classificação dos créditos na falência, é correto afirmar que os créditos quirografários têm preferência sobre os créditos tributários.

DIREITO CIVIL

35. Dioclésio, turista brasileiro na badalada cidade de Las Vegas (EUA), buscando diversão com



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

amigos foi a um cassino naquela cidade, cuja atividade é lícita segundo as regras locais, e, após horas de jogatina, contraiu uma dívida de U\$ 1.000.00. Desesperado com tal situação, Dioclésio conseguiu sair do local sem efetuar o pagamento devido e, no dia seguinte, desesperadamente conseguiu retornar ao Brasil. Meses se passaram e para a surpresa de Dioclésio, ele foi comunicado da existência de uma ação de cobrança proposta no Brasil pela sociedade empresária administradora do cassino de Las Vegas. Nessa ação, foi alegada que a obrigação foi regularmente contraída nos Estados Unidos da América e não foi paga. Inconformado, Dioclésio buscou sustentar perante o juízo que a cobrança é ilícita, pois a atividade de jogos de azar, explorada por cassinos, é proibida pela legislação brasileira. Por conta dessa proibição, segundo Dioclésio, a dívida é inexigível judicialmente e entender o fato de modo diverso geraria violação à soberania brasileira.

Considerando a situação hipotética e as previsões contidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item abaixo:

A dívida de jogo contraída por Dioclésio, no exterior, é exigível no Brasil.

36. Em 31/12/2017, Douglas, que era brasileiro nato e casado sob o regime legal com Alice, também brasileira nata, ambos residentes e domiciliados na China, faleceu por decorrência de um vírus até então desconhecido. Douglas deixou dois filhos como herdeiros, Nancy e Gaviel, residentes e domiciliados na pacata cidade de Catanduva, localizada no interior de Santa Catarina, e os seguintes bens a inventariar: a casa em que residia no exterior, uma casa simples no bairro de bonsucesso, situado no estado do Rio de Janeiro, e dois automóveis, também localizados na China. O casamento de Douglas e Alice foi celebrado na cidade de origem de Alice. Antes do casamento, ele residia e era domiciliado no Brasil,

ao passo que ela residia e era domiciliada em um país do leste europeu. O primeiro domicílio do casal foi no exterior.

Considerando a situação hipotética e as previsões contidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item abaixo:

A sucessão de Douglas obedecerá à lei brasileira.

37. Em atendimento ao princípio da autonomia da vontade considera-se legítimo o ato de disposição do próprio corpo que importe em diminuição permanente da integridade física, firmado mediante benefício econômico em proveito do doador, desde que oriundo de contrato escrito com cláusula de irrevogabilidade e irretratabilidade.

38. Marcelo e Marta são sócios da empresa M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, sendo o primeiro sócio administrador da sociedade empresária. Afetada pela crise econômica que se instaurou no Brasil nos últimos anos, a sociedade empresária foi encerrada pelos sócios, de forma irregular. Logo em seguida os mesmos sócios abriram a empresa L&L Alimentos Ltda., em outro ponto da cidade, tendo sido integralizado o capital desta com os bens da empresa M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. Os credores da empresa M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda são exclusivamente fornecedores.

Considerando a situação hipotética e as previsões contidas no Código Civil, julgue o item abaixo:

Nessa situação, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o encerramento, de forma irregular, das atividades da sociedade M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda é, por si só, causa para que os credores indiquem como caracterizada a desconsideração da personalidade jurídica, na forma do Código Civil.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

39. O negócio jurídico nulo pode ser convertido em outro negócio jurídico válido se os requisitos da substância e forma desse último estiverem presentes e se o fim que objetivavam as partes permitir supor que teriam desejado a conversão caso tivessem previsto a nulidade.

DIREITO PENAL

40. Segundo a teoria da ubiquidade, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nesse sentido, é correto afirmar que não se aplica a teoria da ubiquidade nas infrações penais de menor potencial ofensivo.

41. Sobre a tentativa, julguem o item a seguir:

Conforme a doutrina e jurisprudência majoritárias, os crimes de empreendimento não admitem tentativa.

42. Situação hipotética: Luciana, 19 anos, pensa estar grávida de seu namorado. Desesperada e com medo do que seus pais poderiam achar, ela entra na internet e pesquisa sobre diversos chás que poderiam provocar um efeito abortivo. Tão logo, vai em uma casa de produtos naturais e compra os referidos chás, prepara-os em casa e, finalmente, os toma. Porém, 4 dias depois, descobre que tudo isso era fruto de sua imaginação e que, na verdade, ela nunca esteve grávida.

Nesse caso, é correto afirmar que Luciana cometeu um delito putativo por erro de tipo.

43. Situação hipotética: Fernando, Auditor Fiscal da Receita Federal, servidor autorizado a mexer no sistema eletrônico, alterou indevidamente dados corretos no banco de dados do seu órgão com o

fim de obter vantagem indevida para si, já que receberia R\$ 20.000,00 por esse serviço. Nesse caso, é incorreto afirmar que Fernando cometeu o crime de peculato eletrônico e não o crime de falsidade ideológica.

44. Henrique encontra uma mulher no caixa eletrônico com dificuldades de depositar seu dinheiro, pois seria a primeira vez que faria algo parecido. Assim, muito atencioso, mas com segundas intenções, Henrique se oferece para ajudá-la. Após a mulher ter entregado o envelope com o dinheiro dentro, Henrique finge ter colocado dentro do caixa eletrônico, e logo em seguida, o guarda no bolso de seu casaco. Nesse caso, é correto afirmar que Henrique cometeu o crime de furto qualificado mediante fraude.

DIREITO TRIBUTÁRIO

45. Para que possa ser enquadrada na definição de tributo estabelecida no Código Tributário Nacional, uma prestação pecuniária deve, entre outras características, ser de cobrança compulsória e ter seletividade.

46. Os impostos somente podem se referir a serviços públicos específicos e divisíveis.

47. O Código Tributário Nacional veda que um ente público delegue a função de arrecadar e fiscalizar tributos a outra pessoa jurídica de direito público.

48. Considere a característica de um dado tributo: seu fato gerador independe de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, destinando-se a cobrir necessidades gerais do ente público. Amolda-se a essa descrição o tributo denominado Imposto.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

49. A existência de conjuntura que exija absorção temporária de poder aquisitivo pode ensejar a instituição de empréstimos compulsórios por parte da União.

50. As contribuições sociais para a seguridade social não são de competência exclusiva da União.

51. O Princípio da Anterioridade Anual permite ao contribuinte programar-se financeiramente, adequando os seus gastos, de forma a poder honrar no futuro com o pagamento de tributos recém-criados ou majorados.

52. A imunidade recíproca trata especificamente de impostos, sendo aplicável aos entes de maior abrangência territorial em detrimento dos entes de menor abrangência territorial.

53. Compete ao Senado Federal estabelecer, facultativamente, as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações internas.

54. A data de inscrição e a quantia devida sempre estarão indicadas no termo de inscrição da dívida ativa.

55. Os municípios participam da partilha da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação de petróleo e derivados.

56. Os erros contidos na declaração do sujeito passivo podem ser retificados de ofício pela autoridade administrativa responsável.

57. Depósito administrativo ou judicial do montante integral do crédito tributário é causa suspensiva de exigibilidade.

58. Em regra, a constituição do crédito tributário é regida pela legislação vigente na data da ocorrência do fato gerador.

59. Situação hipotética: Em 2018, vigia lei que estabelecia a alíquota de 2,5% para o ISS de determinado serviço no município de Maceió-AL. Em anos posteriores, essa alíquota foi modificada sucessivamente: no exercício de 2019, passou a ser de 1,5%; em 2020, de 3,0%; e, em 2021, de 4%.

Assertiva: Nesse caso, se o fisco viesse a lavrar auto de infração em 2021 para efetuar o lançamento do ISS sobre fato gerador de 2019, deverá adotar a alíquota de 4%.

60. A denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido com juros de mora correspondentes e multa, realizada antes do início do procedimento administrativo ou da medida de fiscalização relacionada com a infração resulta na exclusão da responsabilidade do contribuinte pela infração.

61. Na impossibilidade de exigência de cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, o agente sobre o qual recairá a responsabilidade solidária pelos tributos devidos no caso de liquidação de sociedade de pessoas, nos atos em que vier a intervir ou pelas omissões de que for responsável, é o sócio.

62. Considere que que Dimulé, sem intenção, incorreu em situação que enseja a imposição de multa em decorrência de infração tributária legalmente prevista. Nesse caso, a administração



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

tributária deverá desconsiderar tal falta de intenção ao impor a penalidade cabível.

63. Sendo possível, o legislador deve buscar graduar os impostos de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.

64. Não se veda, em absoluto, a instituição de tributos sobre livros e jornais.

65. Compete ao Senado Federal fixar alíquotas máximas do imposto sobre heranças e doações (ITCD)

66. Compete ao Senado Federal fixar alíquotas mínimas do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

67. Em que pese a definição de tributo não abarcar as multas tributárias, é correto dizer que a obrigação tributária principal corresponde a uma prestação pecuniária que tenha como objeto o pagamento de tributo ou de multa por descumprimento da legislação tributária.

68. Fato gerador não se confunde com hipótese de incidência tributária: este é a ocorrência, no mundo dos fatos, da norma prevista em lei; enquanto aquele é uma situação abstrata definida em lei.

69. De acordo com o Código Tributário Nacional, a obrigação tributária acessória nasce, obrigatoriamente, com a obrigação tributária principal.

CONTABILIDADE GERAL

70. Um estoque que uma entidade pretenda consumir no decurso normal do seu ciclo operacional deve ser por ela classificado como ativo não circulante no balanço patrimonial.

71. Debêntures, empréstimos, obrigações tributárias e fornecedores são típicas contas integrantes do passivo no balanço patrimonial de uma entidade.

72. Com base no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue o item subsecutivo.

O valor em uso de um ativo deve contemplar os custos de transação que a entidade que detém o controle do referido ativo espera incorrer no futuro, caso venha a negociar esse ativo ao final de sua vida útil.

73. De acordo com o CPC 03, recebimentos de caixa decorrentes de honorários e comissões se associam a atividades operacionais, enquanto o recebimento de *royalties* se associa a atividades de investimentos.

74. Com base na Lei 6.404/76, é correto afirmar que companhia fechada cujo capital social, na data do balanço, seja inferior a R\$ 2.000.000,00 não está obrigada a elaborar e apresentar a demonstração dos fluxos de caixa.

75. O reconhecimento de uma provisão passiva só poderá existir se a empresa souber exatamente o valor da despesa que originou essa provisão.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

76. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação. Os custos de transformação abrangem custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados.

77. Os ativos intangíveis são ativos não monetários, identificáveis e sem substância física.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

78. Quanto maior for o volume de produção, maior será o custo fixo por unidade produzida.

79. Os custos de transformação de estoques incluem os custos indiretos de produção variáveis, que variam conforme a quantidade produzida. Os custos indiretos de produtos fixos, que independem do volume da produção, são considerados despesas operacionais, não compondo o lucro bruto.

80. Levando em conta os melhores conceitos acerca da contabilidade de custos, julgue os itens abaixo:

Sucatas são itens cuja venda é esporádica e realizada por valor não previsível na data em que surgem na fabricação. Por isso, não só não recebem custos, como também não têm sua eventual receita considerada como diminuição dos custos de produção. Mesmo que existam em quantidades razoáveis na empresa, não aparecem como estoque na contabilidade. Quando ocorre sua venda, têm sua receita considerada como Outras Receitas Operacionais.

81. Existe na produção contínua, e também na produção por ordem, o custo conjunto representado pela soma dos gastos de produção incorridos até o momento em que de uma matéria-prima surgem diversos produtos. Estes

podem ser os coprodutos ou os subprodutos. Os subprodutos, por sua vez, não podem ser confundidos com as sucatas, que podem ou não ser decorrência normal do processo de produção. Quanto à avaliação e ao tratamento contábil a serem dados a estes itens, pode-se afirmar que os subprodutos devem ser avaliados segundo os mesmos critérios de avaliação utilizados para a avaliação dos coprodutos.

82. A empresa Boi bravo Comércio de Carnes Ltda. adquiriu em um determinado mês, 10 (dez) bois vivos, ao preço de R\$ 340,00 cada, com ICMS incluso de 18%. Durante o processo de abate de todos os animais, a empresa incorreu nos seguintes custos operacionais:

- Mão-de-obra direta R\$ 503,00
- Custos indiretos R\$ 1.045,00

O produto acabado é vendido no mercado pelos seguintes preços de venda:

- Filé mignon R\$ 10,00/kg
- Picanha R\$ 11,00/kg
- Alcatra R\$ 6,00/kg
- Demais carnes (preço médio) R\$ 5,00/kg
- Miúdos R\$ 2,00/kg
- Ossos e couros R\$ 1,00/kg

A produção total foi de:

- Filé mignon R\$ 30kg
- Picanha R\$ 40/kg
- Alcatra R\$ 45/kg
- Demais carnes (preço médio) R\$ 800/kg
- Miúdos R\$ 120/kg
- Ossos e couros R\$ 50/kg

A empresa atribui custos aos diferentes produtos com base no valor de venda dos mesmos. Considerando os dados acima, pode-se afirmar que os custos de produção da picanha e da alcatra foram, respectivamente, R\$365,00 e 221,00:



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

83. Com relação ao custo padrão, julgue o item subsequente:

O custo padrão deve ser sempre comparado com o custo estimado, de modo a permitir a identificação das causas de eventuais variações e a adoção de correções futuras.

84. O custo padrão estimado é um custo determinado de forma científica pela engenharia de produção da empresa, dentro das condições ideais de qualidade dos materiais, da eficiência da mão de obra, com o mínimo de desperdício de todos os insumos envolvidos.

ECONOMIA

85. Com relação aos instrumentos de política fiscal, monetária e cambial, julgue o item que se segue.

A utilização de "barreiras à importação", tais como a tributação excessiva sobre mercadorias importadas e as cotas de importação, tende a conter a depreciação da taxa de câmbio da moeda nacional.

Com relação à contabilidade nacional, julgue os itens 86 e 87.

86. Em uma economia fechada e sem governo, as famílias destinam sua renda total ao consumo e à poupança.

87. Pela lógica da produção, os serviços domésticos não entram no cômputo do PIB.

88. No que se refere às relações financeiras com o resto do mundo, julgue o item que se segue.

A absorção de poupança do resto do mundo por um país não necessariamente significa déficit de sua Balança Comercial.

89. Acerca de contabilidade nacional e política monetária, julgue o item a seguir.

As três razões pelas quais as pessoas demandam moeda são porque ela serve como meio de troca, possui reserva de valor e constitui unidade de conta.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

90. Considerando as disposições do PMBOK, julgue o item a seguir:

Projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único.

91. A respeito do ITIL v4, julgue o item a seguir:

Um dos princípios orientadores do ITIL v4 diz que é preciso colaborar, evitando promover a visibilidade.

92. Com relação a banco de dados, julgue o item seguinte.

Uma entidade fraca é uma entidade que, para existir, depende da existência de uma entidade forte.

93. Julgue o próximo item, relativo a Certificação Digital e infraestrutura de chaves públicas.

A Autoridade Certificadora (AC) é responsável por certificar-se que os documentos do titular do certificado digital são válidos e pertencem ao mesmo, enquanto a Autoridade de Registro (AR) é responsável pelo registro dos Certificados Digitais.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

94. No que diz respeito a Big Data, julgue o próximo item.

Em Big Data, o Volume refere-se ao grande número de tipos ou formas de dados que podem ser processados, como fotos, vídeos, textos, etc.

95. Julgue o item a seguir, a respeito de BPMN.

Os objetos de fluxo são divididos em atividades (*activities*), eventos (*eventos*) e decisores (*gateways*).

RACIOCÍNIO LÓGICO

96. Julgue o item seguinte, sobre lógica proposicional e lógica de primeira ordem:

A negação da proposição “Todas as provas devem ser corrigidas de forma digital.” é corretamente expressa por “Nenhuma prova deve ser corrigida de forma digital.”

Enunciado para as questões 97, 98 e 99:

Seis meninas — Marcela, Marina, Mariana, Márcia, Maria e Mariza — estão enfileiradas, da esquerda para a direita, e dispostas da seguinte forma:

I. Marina está em uma posição anterior à de Mariana;

II. Mariana está imediatamente após Márcia;

III. Maria não está antes de todas as outras, mas está mais próxima da primeira posição do que da última;

IV. Mariza está em uma posição anterior à de Marina;

V. Marina não ocupa a quarta posição da fila.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, considerando a ordenação da esquerda para a direita.

97. Marina e Márcia estão, necessariamente, em posições consecutivas.

98. A quinta posição da fila pode ser ocupada por Mariana.

99. Marcela pode ocupar a terceira posição da fila ou a última.

100. Considere as seguintes proposições:

P: O apartamento será reformado;

Q: O apartamento receberá visitas.

Tendo como referência essas proposições, julgue o item a seguir, considerando que a notação $\sim S$ significa a negação da proposição S.

Se a proposição $P \rightarrow [\sim Q]$ for falsa, então será também falsa a proposição: Caso o apartamento receba visitas, ele não será reformado.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P2)

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

101. A respeito do disposto sobre o ITCD, na Lei Estadual de Alagoas nº 5.077/1989, julgue o item seguinte: Considera-se ocorrido apenas 1 (um) fato gerador do referido imposto no caso de doação de terreno dos pais (pai e mãe), para seu filho.

102. A respeito do disposto sobre o ITCD, na Lei Estadual de Alagoas nº 5.077/1989, julgue o item seguinte: São isentos do referido imposto as doações de bem imóvel destinado à moradia de pessoas carentes ou de baixa renda.

103. A respeito do disposto sobre o ITCD, na Lei Estadual de Alagoas nº 5.077/1989, julgue o item seguinte: Sobre a doação de apartamento localizado em Maceió-AL, adequadamente avaliado em R\$ 500.000,00, deverá ser recolhido a título de ITCD o montante de R\$ 20.000,00.

104. A respeito do disposto sobre o ITCD, na Lei Estadual de Alagoas nº 5.077/1989, julgue o item seguinte: A fiscalização do ITCD não é exclusiva dos servidores fazendários.

105. Considerando o Processo Administrativo Tributário, estruturado conforme a Lei Estadual de Alagoas nº 6.771/2006, julgue o item a seguir: Quando por mais de um modo se puder praticar o ato, ou cumprir a exigência, preferir-se-á o menos oneroso para a fazenda.

106. Considerando o Processo Administrativo Tributário, estruturado conforme a Lei Estadual de Alagoas nº 6.771/2006, julgue o item a seguir: O interessado em PAT pode provar seu vínculo com o sujeito passivo até o pronunciamento da decisão do julgador singular.

107. Considerando o Processo Administrativo Tributário, estruturado conforme a Lei Estadual de Alagoas nº 6.771/2006, julgue o item a seguir: Os prazos processuais serão contínuos, excluindo-se na sua contagem os dias em que não haja expediente normal no órgão em que tramite o processo.

108. Considerando o Processo Administrativo Tributário, estruturado conforme a Lei Estadual de Alagoas nº 6.771/2006, julgue o item a seguir: O recurso ordinário, interposto pelo contribuinte ao CTE, devolve ao CTE o conhecimento de todo o processo.

109. Considerando o Processo Administrativo Tributário, estruturado conforme a Lei Estadual de Alagoas nº 6.771/2006, julgue o item a seguir: É de competência exclusiva do CTE o julgamento do processo administrativo tributário decorrente de Auto de Infração, após o julgamento de primeira instância.

110. Julgue a assertiva a seguir, com base na Lei do IPVA (6.555/2004) de Alagoas: Contribuinte que adquire veículo novo em 31/03/2020 incorrerá em 2 fatos geradores referentes a tal veículo até 31/03/2021.

111. Julgue a assertiva a seguir, com base na Lei do IPVA (6.555/2004) de Alagoas: Automóvel "popular", 2 portas, motor com 75 HP de potência e pintura metálica, terá alíquota de IPVA superior a uma motocicleta "popular" com cilindrada igual a 140cm³.

112. Julgue a assertiva a seguir, com base na Lei do IPVA (6.555/2004) de Alagoas: Entidade



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

financeira atuando como empresa arrendadora de veículos é a contribuinte legal de tais veículos.

113. Uma das iniciativas inovadoras do Fisco Alagoano é o Programa Contribuinte Arretado. Tal programa, tem como premissa o necessário distanciamento entre o fisco e o contribuinte, visando reduzir a ocorrência de fraudes.

114. O Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Alagoas – FECOEP – está amparado por receitas advindas de um adicional de 2% na alíquota de ICMS sobre algumas mercadorias e serviços.

115. O Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Alagoas – FECOEP – terá sua duração vinculada ao PPA do estado de Alagoas, devendo ser reavaliado a cada ciclo orçamentário.

116. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): O ICMS incide na entrada neste Estado, decorrente de operação interestadual, mesmo que a mercadoria a ser comercializada não tenha destinatário certo.

117. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): Ocorre fato gerador do ICMS no momento da entrada de mercadoria estrangeira em território nacional.

118. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): O serviço de transporte de água de coco industrializada do estado de Alagoas para o estado de Goiás será fato gerador do ICMS a partir do momento de início da prestação de tal serviço.

119. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): Indivíduo que esteja em

Maceió-AL, ao comprar uma pizza para ser entregue em sua casa, usando um aplicativo de celular, incorre em dois fatos geradores do ICMS: a compra da pizza e o serviço de entrega. Considere, para sua análise, que a pizzaria se localiza também em Maceió-AL.

120. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): Empresa mercantil que encerre suas atividades no dia 20/05/2021 deverá recolher ICMS sobre o seu estoque final, considerando para este fim, que o fato gerador ocorreu neste mesmo dia.

121. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): Tanto a substituição tributária quanto a antecipação do imposto, nos termos da legislação regulamentar, encerram a fase de tributação.

122. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): Não se podem presumir operações ou prestações, devendo todas serem, em qualquer caso, comprovadas mediante documentação legalmente válida.

123. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): Empresa alagoana revendedora de microcomputadores e eletrônicos que tenha seu estoque furtado, deverá efetuar o estorno do imposto eventualmente creditado anteriormente devido à entrada daquela mercadoria.

124. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): Devido a expresse comando legal, o ICMS alagoano pode ser cumulativo.



125. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): Crianças, pessoas com deficiência de qualquer grau, presidiários e empresas irregularmente constituídas podem ser responsáveis pelo cumprimento de obrigações tributárias diversas.

126. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): Os diversos estabelecimentos alagoanos de uma rede de supermercados respondem autônoma e individualmente pelos seus créditos tributários, não se permitindo que um estabelecimento responda pelos créditos dos demais.

127. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): A caracterização legal de um Contribuinte dependerá sempre da habitualidade de suas operações.

128. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): Devido à imunidade de que gozam os entes federativos, não se pode admitir que um órgão da administração pública direta desses entes seja considerado um contribuinte do ICMS.

129. Dentre as alíquotas de ICMS Interno do estado de Alagoas, 25% seria a incidente sobre bens como bebidas alcoólicas, perfumes, videogames e energia elétrica que exceda a faixa de consumo de 150 Kwh mensais.

130. Segundo a Lei de regência do ICMS em Alagoas (Lei nº 5.900/96): Eventual falta de renovação da inscrição estadual (CACEAL), dentro do prazo estabelecido pela legislação, implicará a suspensão do estabelecimento.

AUDITORIA FISCAL

131. A respeito de auditoria de demonstrações financeiras, julgue o item subsequente:

Dentro de uma estrutura organizacional de uma sociedade empresarial, pode-se afirmar que o setor de controle interno seria o responsável por preparar demonstrações financeiras livres de distorções, fraudes ou erros.

132. A respeito de auditoria de demonstrações financeiras, julgue o item subsequente:

A auditoria realizada nas demonstrações financeiras não exime a responsabilidade da administração pela sua elaboração.

133. Ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, os objetivos gerais do auditor, segundo a NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. E apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBC TAs, em conformidade com as constatações do auditor.

134. A atitude de ceticismo profissional refere-se à maneira pela qual o auditor independente avalia criticamente, de forma mentalmente questionadora, a validade da evidência obtida e se mantém alerta para qualquer evidência que contradiga ou ponha em dúvida a confiabilidade de documentos ou representações da parte



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

responsável. A partir dessa informação, pode-se afirmar que corresponde à realidade de auditoria quanto ao ceticismo profissional o fato de que circunstâncias que gerem a necessidade de outros procedimentos de auditoria, que não estejam previstos nos padrões profissionais, não correspondem a possíveis alertas no que se refere a ceticismo profissional.

No que se refere às normas de auditoria interna, julgue os itens 135, 136 e 137 subsequentes:

135. Pode-se afirmar que uma das aplicações do termo "fraude" pode ser entendida como um ato intencional ou não intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.

136. Os riscos de auditoria estão relacionados à gravidade das falhas encontradas e à forma de reação dos auditados.

137. O planejamento deve considerar a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade.

Questões 138, 139, 140 e 141

Nas atividades de planejamento da auditoria, deve-se estabelecer uma estratégia global que defina seu alcance, sua época e sua direção, a fim de orientar o desenvolvimento do plano de auditoria.

Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis. A esse respeito, julgue os itens subsequentes:

138. A experiência anterior de membros-chave da equipe de trabalho com a entidade não influencia a natureza e a extensão das atividades de planejamento.

139. Considerar, para orientar os esforços da equipe do trabalho, os fatores que, no julgamento profissional do auditor, são irrelevantes, constitui uma das etapas desse planejamento.

140. Conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade; existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos de Auditoria Interna; e o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes e relacionados, são fatores relevantes na execução dos trabalhos de auditoria, especificamente para a fase de planejamento.

141. O controle que funciona é o controle preventivo, o controle substantivo, que elege prioridades e acompanha "paripassu" a execução de projetos. O controle que funciona é aquele que orienta, esclarece e alerta, que concentra e aprofunda sua fiscalização naquilo que é essencial, mediante critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade. (LIMA, Luiz Henrique. O Controle da Responsabilidade Fiscal e os Desafios para os Tribunais de Contas em Tempos de Crise. In: LIMA, Luiz Henrique; DE OLIVEIRA, Weder; CAMARGO, João Batista. Contas Governamentais e Responsabilidade Fiscal: Desafios para o Controle Externo. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p.135)

Acerca da materialidade e planejamento em auditoria, é correto afirmar que o planejamento, como etapa antecedente e isolada da auditoria, consiste primeiramente na identificação dos riscos de distorções relevantes e subsequentemente na



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

determinação da materialidade.

Acerca dos procedimentos de auditoria, julgue os itens 142 a 15 subsequentes:

142. Na execução de procedimentos de controle interno, um auditor acompanhou os procedimentos adotados por um agente público municipal durante a execução de uma operação. Em seu relatório, o auditor descreveu os referidos procedimentos bem como analisou os riscos da ação executada pelo agente público. Nesse caso hipotético, pode-se concluir que foi executado o procedimento denominado como "revisão analítica" pelo auditor.

143. Se o auditor refizesse os cálculos de uma planilha para verificar a correção monetária de certa dívida municipal, com o objetivo de averiguar as distorções encontradas, e relese alguns documentos a fim de confirmar termos que poderiam ter afetado os cálculos testados. Nesse caso, podemos concluir que foi realizado o recálculo para complementar as conclusões do auditor sobre a conferência do cálculo.

144. Supondo que o contador de determinada empresa considerou, equivocadamente, o valor bruto das vendas de longo prazo, em vez do lucro dessas vendas, na apuração do valor da reserva de lucros a realizar a ser registrado no patrimônio líquido da entidade. Uma auditoria independente nas demonstrações contábeis identificou, além da referida distorção de registro, uma falsificação de notas fiscais de saída, com a respectiva subtração indevida de estoques, o que gerou distorção no valor do ativo. Essas foram as únicas distorções encontradas nas demonstrações contábeis. Em relação aos estoques, um procedimento correto a ser adotado pelo auditor na situação apresentada consistiria em proceder à contagem física ou à

checagem do inventário físico.

145. Em relação aos procedimentos analíticos em trabalhos de auditoria, as normas asseveram que, com o fim de evitar a ocorrência de algum viés em seu trabalho, o auditor deve desconsiderar o desempenho de entidades do mesmo setor de atividade da entidade auditada.

Levando-se em conta a NBCTA 240, que regula a Responsabilidade do Auditor em relação à fraude, no contexto da Auditoria das Demonstrações Contábeis, julgue os itens 146 a 149 subsequentes.

146. As distorções nas demonstrações contábeis também podem originar-se de fraude presumida, decorrente de culpa in eligendo, que ocorre quando se preenchem os quadros da empresa com funcionários destinados a praticar atos fraudulentos, ou de culpa in vigilando, que ocorre quando se exerce incentivo ou pressão sobre funcionários para que eles passem a praticar ou tolerar a prática de ato fraudulento.

147. Analisando uma série de notas fiscais em processos relativos a adiantamentos de fundos, o servidor encarregado do controle interno lembrou-se de ter visto o nome do mesmo estabelecimento comercial em outro processo que já havia sido aprovado. Ele procedeu à recuperação do processo no arquivo e, comparando documentos, foi possível averiguar que se tratava da imagem do mesmo cupom fiscal juntado em duas prestações de contas. Nesse contexto, pode-se afirmar que com base apenas do que foi narrado não é possível concluir que ocorreu fraude, mas o papel pode constituir evidência de auditoria em processo administrativo.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

148. No contexto da auditoria das demonstrações contábeis, fatores de risco de fraude são eventos ou condições que indiquem incentivo ou pressão para que a fraude seja perpetrada ou ofereçam oportunidade para que ela ocorra.

149. De acordo com esta NBC TA 240 (R1), encontram-se entre os objetivos do auditor comunicar ao Ministério Público distorções relevantes nas demonstrações contábeis, decorrentes de fraudes, e, tratando-se de instituição ligada ao mercado de valores mobiliários, solicitar, justificadamente, a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os riscos de distorção relevante no nível de afirmação foram classificados pela Norma Brasileira de Contabilidade do Trabalho de Auditoria 200 (NBC TA 200) (R1) em dois componentes: riscos inerentes e riscos de controle. Acerca desse tema, julgue os itens 150 e 151 subsequentes.

150. Erros ou equívocos humanos, intencionais ou não, segundo a norma, não representam risco inerente.

151. O risco de distorção relevante é o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria. Segundo a NBC TA 200, podem ocorrer no nível de controle das normas e registros contábeis e no nível da afirmação para classes de transações, saldos contábeis e divulgações.

À luz das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade que tratam do auditor independente e da auditoria independente de informação contábil histórica, julgue os itens 152 a 155 subsequentes:

152. O relatório do auditor deve conter seção em que fiquem registradas as suas responsabilidades, indicando, entre outros, que o termo segurança razoável não significa que auditoria executada segundo as normas irá sempre detectar distorção relevante.

153. Opinião adversa aplica-se às demonstrações contábeis que apresentam distorções generalizadas, mas não relevantes.

154. O auditor independente que, ao realizar trabalho de asseguarção em determinada entidade, verificar que os efeitos ou possíveis efeitos de distorções são relevantes, mas não generalizados, deverá emitir opinião com ressalva.

155. Antes da publicação do relatório de auditoria, o auditor deve certificar-se de que nele não haja informações submetidas a sigilo por meio de legislação específica.

A respeito de procedimentos contábeis em áreas específicas, julgue os itens 156 a 160.

156. Uma equipe de auditoria externa está realizando auditoria em uma empresa na área de Recursos Humanos. No que diz respeito à auditoria da rubrica contábil "Salários a Pagar", pode-se considerar como procedimento de auditoria mais adequado e eficiente checar se o resumo da folha de pagamentos está em conformidade com os valores contabilizados e se os valores foram efetivamente pagos até o 5º dia útil do mês subsequente.

157. Na auditoria de participações societárias permanentes, registradas no Ativo Não Circulante como Investimentos, entre os procedimentos possíveis, relacionados à aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP), quando esta é



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) 27/06/2021

obrigatória, pode ser aplicado corretamente pelo auditor o registro da participação da investidora no lucro da investida como receitas antecipadas, a serem classificadas no passivo circulante da investidora, mesmo que não tenha ocorrido venda de ativos entre as duas.

158. Durante a execução do trabalho de auditoria em uma determinada empresa, um auditor detectou que uma aquisição de mercadorias a prazo realizada em dezembro de 2012 só foi registrada quando do efetivo pagamento, no exercício seguinte. Em consequência disso, as contas de fornecedores a pagar e mercadorias para revenda apresentaram distorções no exercício de competência. Nessa situação os testes realizados pelo auditor são teste principal para superavaliação de passivo e teste secundário para subavaliação de ativo.

159. Em relação ao acompanhamento de estoques pelo auditor independente, pode-se afirmar que a inspeção dos estoques, ao acompanhar sua contagem física, ajuda o auditor a averiguar a existência física deles e a identificar, por exemplo, estoques obsoletos, danificados ou sem movimentação.

160. Se o estoque for relevante para as demonstrações contábeis, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação à existência e às condições do estoque mediante análise da oportunidade e conveniência da manutenção de estoques e do processo de armazenagem, determinação do nível de estoque ótimo e comunicar à administração da entidade os casos divergentes.



Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Rodada-SEFAZ-AL-Auditor-Fiscal-27-06-21>



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.